

A educação profissional na perspectiva inclusiva: olhares sobre dados e resistências da EJA EPT no RS

RESUMO

Mariglei Severo Maraschin

mariglei@clism.ufsm.br

<https://orcid.org/0000-0002-9705-1896>

Colégio Técnico Industrial –
Universidade Federal de Santa Maria,
Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil

Marcos José Andrighetto

marcos.andrighetto@ffarroupilha.edu.br

<https://orcid.org/0000-0002-9672-4980>

Instituto Federal Farroupilha, Santo
Augusto, Rio Grande do Sul, Brasil

Leandro Lampe

leandro Lampe@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-3154-0224>

Universidade Federal de Santa Maria,
Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil

Este estudo ocupa-se de analisar a EJA EPT no Rio Grande do Sul, na perspectiva da implementação dos cursos e das matrículas, e mapear os cursos que resistem nesse processo de 2007 a 2020. A partir de uma pesquisa documental e quali-quantitativa, organizaram-se dados sobre os três Institutos Federais do RS e as duas escolas vinculadas à Universidade. Pode-se observar que a política de EJA EPT, no RS, constituiu-se em movimentos de avanços e de retrocessos e que, apesar do não fomento do Ministério da Educação, ainda resiste em algumas instituições, promovendo a inclusão de jovens e adultos a partir da escolarização e da profissionalização. Com os dados produzidos, evidencia-se a presença do público alvo ocupando os espaços escolares, o que reforça a importância dos estudos sobre EJA EPT, com atenção para além de apenas os números apresentados.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas inclusivas. EJA EPT. Dialética das disputas. Historicidade.

INTRODUÇÃO

Acredita-se e defende-se que a Educação de Jovens e Adultos - EJA integrada à Educação Profissional e Tecnológica - EPT tem se constituído, desde o ano de 2005, como uma política inclusiva no campo da Educação Profissional. A trajetória dessa política vem se constituindo em movimentos de avanços e de retrocessos e de dialética de disputas (MARASCHIN, 2015) e tem um grau de complexidade e de desafios, pois trata de “processos formativos diretamente relacionados a sujeitos que estão à margem da sociedade, em uma conjuntura histórica assentada no modelo de desenvolvimento econômico dependente” (PACHECO, 2012, p.36). Nesse sentido, este estudo objetiva olhar para a realidade do Rio Grande do Sul em particular, procurando construir um mapa da implementação dos cursos, das matrículas e analisando as ofertas de EJA EPT que permanecem nesse processo, nas unidades educacionais gaúchas integrantes da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

No Brasil, são atualmente 3.273.668 matrículas¹ na EJA EPT, sendo que, no Estado do Rio Grande do Sul, “O número de matrículas da educação de jovens e adultos (EJA) apresentou uma queda de 8,6% de 2015 a 2019, chegando a 136.932 matrículas em 2019” (INEP, 2020, p. 34). Embora o estudo concentra-se em evidenciar os movimentos da modalidade na realidade da Rede Federal, torna-se importante registrar que a maioria das matrículas da EJA está nas redes estaduais e municipais. Situação que denuncia a falta de prioridade do governo federal com a formação da classe trabalhadora. Por outro lado, torna-se importante investigar qual o esforço do Estado em desenvolver a política de EJA EPT em sua Rede.

O estudo de caráter quali-quantitativo, apropriou-se da pesquisa documental como instrumento para produção de dados durante o processo de investigação e, para a fase de análise dos dados, da análise dialética.

O texto está organizado em três seções. A primeira, tomada como referencial teórico, tem por título: EJA EPT: do decreto da criação aos desafios da continuidade. Nesta parte do texto, a abordagem tem como foco os dispositivos legais de criação, de estruturação, de abrangências e de variações da política de EJA EPT. É destacada a importância da existência de uma política nacional voltada, exclusivamente, à formação da classe trabalhadora, assim como seus movimentos de avanços e de retrocessos no contexto histórico-político de análise. A segunda parte deste escrito, que se intitula “A EJA EPT no Rio Grande do Sul”, apresenta o histórico de constituição das instituições integrantes da Rede Federal no contexto gaúcho. Na última seção, “Olhares para a implementação da EJA EPT no RS”, apresenta-se a análise dos dados produzidos nas realidades pesquisadas

APORTES METODOLÓGICOS PARA A PESQUISA

Esta pesquisa, com o objetivo de analisar a EJA EPT no Rio Grande do Sul, na perspectiva da implementação dos cursos e das matrículas, e mapeando os cursos que resistem nesse processo de 2007 a 2020, configura-se como um estudo qualiquantitativo que inclui revisão bibliográfica, documental e análise de dados. A análise insere-se em uma perspectiva dialética, percorrendo a historicidade e as

contradições das políticas de EJA, EPT na trajetória de sua implementação a partir de 2005.

A primeira etapa da investigação organizou-se a partir de pesquisa bibliográfica nas legislações e nas referências que apresentam e discutem a política de EJA EPT. A segunda etapa buscou materialidades da realidade, como o mapeamento dos tempos históricos de cada instituição e de início de oferta da EJA EPT, assim como dados nas plataformas oficiais como o censo da Educação, Plataforma Nilo Peçanha, sites institucionais e Observatório do Plano Nacional da Educação. Esses dados foram organizados em tabelas, procurando apresentar os referentes à realidade do RS sobre a política de EJA integrada à EPT.

Após a organização e a sistematização dos dados, optou-se por discuti-los em três seções, intituladas “EJA EPT do decreto da criação aos desafios da continuidade”, “a EJA EPT no Rio Grande do Sul” e “Olhares para a implementação da EJA EPT no RS”.

EJA EPT: DO DECRETO DA CRIAÇÃO AOS DESAFIOS DA CONTINUIDADE

A Educação de Jovens e Adultos, desde a Constituição de 1988, a LDB nº 9.394/1996, o Parecer nº 11/2000 e a Lei 11.741/2008, avançou significativamente no plano legal das políticas públicas. Porém, sabe-se que o Brasil ainda possui mais de 11 milhões de analfabetos e, aproximadamente, 13,5 milhões de pessoas que não concluíram a Educação Básica². Tem-se altos índices de sujeitos jovens, adultos e idosos não escolarizados e em situações de exclusão e desigualdade social. Sem contar os altos índices de precarização desses trabalhadores em situações de trabalho, emprego, desemprego e subemprego.

Todas estas questões se acirram ainda mais por conta da pandemia do corona vírus. Antunes (2020, p. 13), na obra “Corona vírus: o trabalho sob fogo cruzado”, destaca “é no solo da crise estrutural do capital que a pandemia vem se proliferando intensamente e, em poucos meses, já levou à morte milhares de pessoas em todo o mundo, além de desempregar milhões de trabalhadores e trabalhadoras”.

Nesse contexto incerto do mundo, dos inúmeros desafios da educação em todos os níveis, encontra-se a EJA:

Lograda ao ostracismo desde quando fora institucionalizada, a EJA nos dias atuais espelha de modo rotundo sua essência periférica, aligeirada, precária e insuficiente, com graves consequências para reprodução social e material dos trabalhadores ao longo da formação social brasileira. Fato que se intensifica nos dias atuais por meio das consequências da intensificação da precariedade do trabalho em suas novas morfologias como a *uberização-terceirização total*, a informalidade e as novas tipificações reificadas na vida do *preariado*, em sincronia com a perda das conquistas sociais e da dissolução das formas de organização e resistência da classe trabalhadora (ANDRADE, 2020, p.1, grifos do autor)

São muitos os desafios para os processos de trabalho e de aprendizagem e para a educação de adultos. Nesse contexto, observa-se que tanto a legislação como a mobilização dos Fóruns de EJA no Brasil (SOARES, 2004) têm contribuído

para a construção de políticas para os sujeitos jovens e adultos. A professora Maria Margarida Machado (2009), no artigo “A educação de jovens e adultos no Brasil pós-Lei nº 9.394/96: a possibilidade de constituir-se como política pública”, analisa as principais ações para o acesso dos jovens e adultos ao sistema escolar e reconhece que a luta pelo direito à educação implica, além do acesso à escola, a produção do conhecimento no mundo da cultura e do trabalho e nos diversos espaços de convívio social em que os jovens e adultos se constituem como sujeitos.

[...] o resultado da política educacional das últimas décadas focada no atendimento a crianças e adolescentes, reforça a compreensão de que a saída da EJA da marginalidade do sistema educacional, onde ainda se encontra, passa pela superação dessa condição, que é uma produção histórica. Para a maior parte dos jovens e adultos, não há qualquer oferta de educação; quando há, é uma “educação de menor” e, na maioria das vezes, “de muita baixa qualidade” (MACHADO, 2009, p.28-29).

Sendo assim, a EJA constitui-se historicamente nesse espaço de disputas, pois os fóruns de EJA revelam que não há na história da educação brasileira uma modalidade de ensino que tenha vivido a experiência de convivência, tensa, mas duradoura, de um movimento permanente que luta pela institucionalização de uma política de direito aos jovens e adultos (MACHADO, 2009). Para garantia de uma política pública de Estado, na efetivação do acesso à educação como direito de todos:

Não basta o arcabouço legal, embora ele já exista; não bastam as condições efetivas de financiamento, que já estão inicialmente dadas pelo Fundeb: é fundamental a permanente inquietação e mobilização dos sujeitos que demandam a EJA, pelos seus mais diversos motivos por meio dos fóruns. Isso fará com que a vigilância no cumprimento e aprimoramento das leis seja uma constante nessa modalidade (idem, p. 35).

Nesse processo de lutas e de militância pelo direito à educação e no contexto de ampliação da Educação Profissional é que os campos da EJA e da EP começaram a se aproximar em 2005 e, por via de legislação, passaram a integrar-se. Cabe lembrar nesse momento que o PROEJA, ou atualmente opta-se por chamar EJA EPT, surgiu também na expansão da Rede Federal em que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ampliou, de 2005 a 2010, em mais de 100% as escolas federais de Educação Profissional. Atualmente, são 647 unidades distribuídas em todas as regiões brasileiras nos 38 Institutos Federais³. O referido conjunto educacional, juntamente com a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), os Centros Federais de Educação Tecnológica Suckow da Fonseca (CEFET-RJ) e de Minas Gerais (CEFET-MG), as Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais e, o Colégio Pedro II, formam a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Lei nº 11.892, 2008, art. 1).

Todo esse avanço caminha no sentido que Manfredi (2002, p. 60) defende: “A Educação Profissional é um campo de disputa e de negociação entre os diferentes segmentos e grupos que compõem uma sociedade, desvelando a dimensão histórico-política das reformas de ensino, das concepções, dos projetos e das práticas formativas”. Observa-se, portanto, que a educação para os trabalhadores, as políticas públicas, a Educação Profissional e a Educação de Jovens configuram-se e se historicizam em uma dialética de disputas entre

diferentes segmentos que ora estão a favor dos trabalhadores, ora têm um discurso a favor, mas muitas vezes uma prática contraditória (MARASCHIN, 2015).

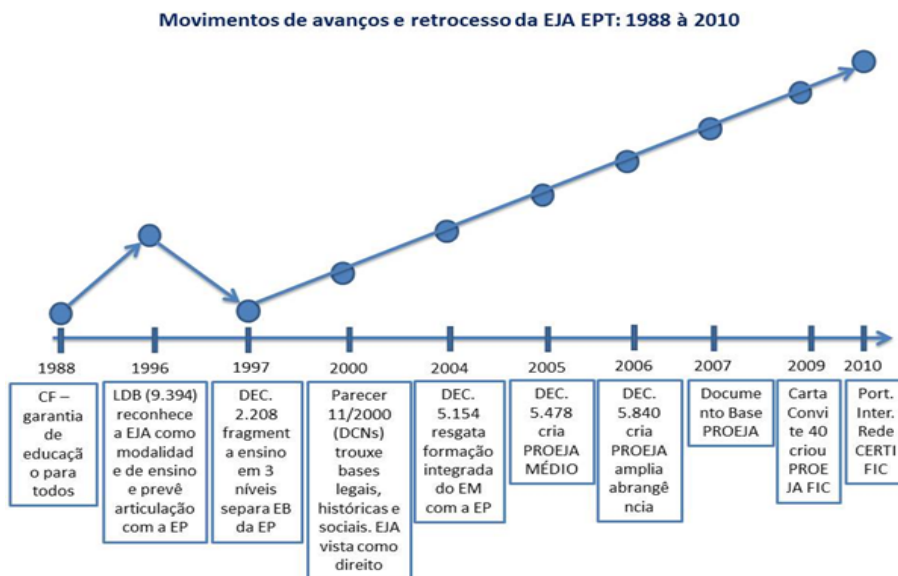
E, nesse processo, é necessária a vigilância dos movimentos sociais para estar sempre colocando em pauta o direito à educação dos trabalhadores. No mesmo sentido, é preciso compreender o papel do Estado na constituição das políticas de educação (PERONI, 2003). “Do ponto de vista político, o Estado e o sistema de sociedade não são duas coisas diferentes. O Estado é o sistema da sociedade. Para Marx era imperativo sair do “ponto de vista político” para poder ser verdadeiramente crítico do Estado” (MÉSZÁROS, 2011, p. 564).

[...] um duplo movimento em se tratando da redefinição do papel do Estado: se, por um lado, no processo de globalização, os Estados nacionais têm de se fortalecer para atuarem na correlação internacional de forças, por outro lado está-se expandindo com uma velocidade cada vez maior o “mercado de dinheiro sem Estado”, isso é, sem controle de nenhum governo nacional (PERONI, 2003, p.35).

Portanto, a partir da compreensão de que as políticas de EJA e EP se configuram em um cenário de disputas de sentidos e por muita luta de diferentes segmentos é que as duas modalidades se uniram pelo Decreto nº 5.478/2005 que instituiu, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. No ano seguinte, também por muita luta, o decreto foi reformulado (Decreto 5.840/2006) e instituiu o Programa de Integração da Educação Profissional a Educação Básica, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Este decreto, vigente até hoje, ampliou a integração da EJA EPT para além do Ensino Médio e da Rede Federal. “Tais decretos intensificaram a presença de jovens e adultos na rede de instituições federais de Educação Profissional brasileira e o início de uma política de EJA integrada à EPT no país” (MARASCHIN; FERREIRA, 2020, p. 2).

Assim, após esses amparos legais, várias instituições passaram a ofertar cursos nesta modalidade e, algumas delas, persistem na oferta, como se pode observar na sequência do texto durante a análise dos dados. Vale registrar que, em julho de 2008, o governo lançou a Lei nº 11.741, que alterou dispositivos da LDB (Lei nº 9.394/96), para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da Educação Profissional Técnica, de nível médio, da Educação de Jovens e Adultos e da Educação Profissional e Tecnológica. Esta Lei é vista como uma conquista, pois não fica apenas no decreto, já se tem a garantia da integração da EP com a EJA. Também, em 2009, emitiu-se a Carta Convite nº 40, criando o PROEJA FIC, de Formação Inicial e Continuada dos trabalhadores sem o ensino fundamental. Em continuidade das ações, no ano seguinte, 2010, foi emitida a Portaria Interministerial 1.082 que criou a REDE CERTIFIC, conferindo certificação aos saberes dos trabalhadores. A Figura 1, a seguir, busca ilustrar o movimento de avanços e de retrocessos da EJA EPT de 1988 a 2010.

Figura 1 - Movimentos de avanços e retrocessos da EJA EPT de 1988 a 2010



Fonte: Autores com base no histórico da EPT, 2020.

Em contradição aos avanços vivenciados até 2010, a partir de 2011, o governo lançou um novo programa – o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) – criado com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica. Este foi visto como um grande retrocesso, que passou a atrapalhar a continuidade da política de EJA integrada à EPT, pois a perspectiva formativa do PRONATEC não é a de formação integral da classe trabalhadora e sim de uma capacitação mais superficial e aligeirada, esvaziando os bancos de EJA e, conseqüentemente, enfraquecendo a política. Verificou-se, após a criação do PRONATEC, uma desaceleração da oferta da política de EJA EPT. Esta se tornou evidente ao realizar a análise da Meta 10 do PNE (2014-2024), em que as matrículas deveriam aumentar em 50% e a taxa atual é de 0,5% de matrículas no Ensino Fundamental e de 3% no Ensino Médio, configurando 25%. (MEC/Inep/DEED/Censo Escolar). A partir desses dados pode-se perceber que o cumprimento da Meta 10 está muito aquém do esperado e, dificilmente, será alcançado até o final do Plano (2024). Refletindo, portanto, o abandono por parte do Estado, das políticas de Educação de Jovens e Adultos, os quais, uma vez mais, estão sendo excluídos dos ambientes formais de educação, repetindo os movimentos de avanços e de retrocessos que marcaram a trajetória histórica das políticas de EJA no contexto brasileiro.

A EJA EPT NO RIO GRANDE DO SUL

A política de EJA EPT, no Brasil, vem se constituindo em diferentes movimentos. No Rio Grande do Sul, em particular, ela está em alguns *campi* dos três Institutos Federais e em uma escola vinculada à Universidade Federal de Santa Maria. Fazem parte da Rede Federal no RS: Instituto Federal Farroupilha (IFF), Instituto Federal Sul Farroupilha (IFSUL), Instituto Federal Rio Grande do Sul (IFRS)

e duas escolas vinculadas e que não aderiram aos Institutos Federais. São elas: Colégio Técnico Industrial de Santa Maria – CTISM e Colégio Politécnico de Santa Maria. As escolas da UFSM são as únicas escolas vinculadas do RS e da região sul.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram criados pela Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que "[...] institui a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, cria os institutos federais de educação ciência e tecnologia e dá outras providências". A partir dessa lei, 31 CEFETS, 75 Unidades Descentralizadas de Ensino, 39 Escolas Agrotécnicas Federais, 7 Escolas Técnicas Federais e 8 Escolas vinculadas a universidades deixaram de existir e passaram a formar 38 Institutos Federais, presentes em todos os estados do Brasil. Além das instituições já existentes na época da promulgação da Lei, também passaram a integrar os Institutos Federais as novas escolas que foram sendo entregues dentro do Plano de Expansão da Rede Federal. Esses 38 Institutos Federais, juntamente com dois CEFETS, 25 Escolas Vinculadas às Universidades e uma Universidade Tecnológica, formam a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, conforme já referido na seção anterior.

A história da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica começou em 1909, quando o então Presidente da República, Nilo Peçanha, criou 19 escolas de Aprendizes e Artífices que, mais tarde, deram origem aos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica, os CEFETS.

A justificativa do Estado Brasileiro, em 23 de setembro de 1909, para a criação de um conjunto de Escolas de Aprendizes Artífices era a necessidade de prover **as classes proletárias de meios que garantissem a sua sobrevivência**, isto é, prover os "desfavorecidos da fortuna", expressão contida no decreto nº 7.566, assinado pelo então Presidente Nilo Peçanha no ato de criação dessas escolas, uma em cada capital federativa, com duas exceções apenas[2]. Nesse sentido, não há dúvida de que aos objetivos das Escolas de Aprendizes Artífices se associavam a **qualificação da mão-de-obra e o controle social** de um segmento em especial: os filhos das classes proletárias, jovens em situação de risco social, pessoas potencialmente mais sensíveis à aquisição de vícios e hábitos "nocivos" à sociedade e à construção da Nação (BRASIL, 2008, p. 13, grifos nosso).

As Escolas de Aprendizes e Artífices, criadas pelo Governo Federal, e as escolas profissionais masculinas e femininas, criadas pelos estados, foram constituídas "[...] na convergência das ideias do trabalho manual para ocupar as mãos e do preparo profissional para se tornar um homem produtivo" (CIAVATTA, 2009, p.218). Conhecida, em seu início, como instrumento de política voltada para as classes desprovidas ou proletárias a Rede Federal através da instituição dos Institutos Federais, em 2008, e da expressiva expansão da Rede, configura-se como importante estrutura para promover destaque à Educação Profissional e Tecnológica na sociedade, no sentido em que todas as pessoas e, principalmente, os trabalhadores tenham efetivo acesso à Educação Profissional de qualidade.

O modelo dos Institutos Federais é inovador em termos de proposta político-pedagógica, conforme se estabelece em seu Documento de Concepções e Diretrizes (2008). Na base dessas instituições, está um conceito de Educação Profissional e Tecnológica sem similar em nenhum outro país, uma organização pedagógica verticalizada, da Educação Básica à Superior. Ela permite que os

professores atuem em diferentes níveis e modalidades de ensino e que os estudantes compartilhem os espaços de aprendizagem, incluindo os laboratórios, possibilitando o delineamento de trajetórias de formação que podem ir do curso técnico ao doutorado, contribuindo para que os sujeitos construam itinerários formativos, além da possibilidade destes se envolverem com pesquisa e extensão.

Segundo o documento “Concepção e Diretrizes” (2008):

Os Institutos Federais ressaltam a valorização da educação e das instituições públicas, aspectos das atuais políticas assumidos como fundamentais para a construção de uma nação soberana e democrática, o que pressupõe o combate às desigualdades estruturais de toda a ordem. Nesse sentido, os Institutos Federais devem ser considerados bens públicos e, como tal, pensados em função da sociedade como um todo na perspectiva de sua transformação. Os Institutos Federais respondem à necessidade da institucionalização definitiva da educação profissional e tecnológica como política pública (BRASIL, 2008, p. 22).

Na função de buscar a transformação da sociedade, os Institutos Federais possuem uma estrutura multicampi e um compromisso com a região de abrangência, buscando a intervenção no local, identificando problemas e criando soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável e a inclusão social.

Nesse contexto, percebe-se que a proposta dos IFs demanda inúmeras ações que perpassam cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores a cursos de pós-graduação, com especial destaque a cursos de Educação Profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do Ensino Fundamental e para o público da Educação de Jovens e Adultos. Destaca-se esta ação, visto que a Lei garante que 50% de vagas sejam ofertadas ao público de Ensino Médio. Conforme Maraschin et al. (2013), o IF Farroupilha tinha, em 2012, 16,8% de suas matrículas em cursos EJA EPT, o IFRS 6% e o IFSUL 2,8%.

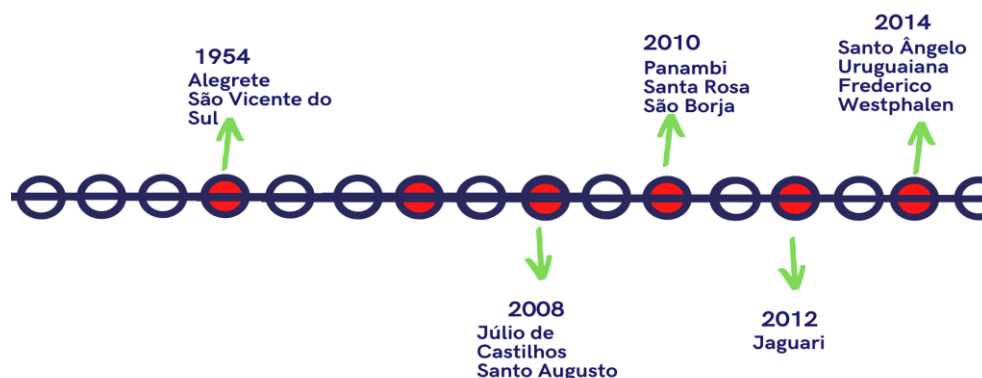
O Instituto Federal Farroupilha – IFFar - foi criado a partir da Lei 11.892/2008, mediante a integração do Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET de São Vicente do Sul e da Escola Agrotécnica Federal - EAFA de Alegrete, ambos existentes desde 1954, e da Unidade descentralizada do CEFET/SVS, localizada em Júlio de Castilhos, e da Unidade Descentralizada do CEFET de Bento Gonçalves, situada em Santo Augusto. Assim, a partir desta legislação, o IFFar foi instituído com quatro *Campus*: *Campus Alegrete*, *Campus Júlio de Castilhos*, *Campus Santo Augusto* e *Campus São Vicente do Sul*, com a reitoria na cidade de Santa Maria.

No ano de 2010, o IFFar passou a contar com mais três *campi*: Panambi, Santa Rosa e São Borja e, em 2012, com o *Campus* de Jaguari. O *Campus* de Santo Ângelo iniciou suas atividades em 2014 e, em pesquisa no site, notou-se que, a partir de junho de 2014, o IF Farroupilha passou a ter o *Campus* Avançado de Uruguiana em que a oferta prioritária são cursos via PRONATEC.

Com a gestão de nove *campi* e um *Campus* Avançado, o IFFar oferta cursos de formação inicial e continuada, cursos técnicos de nível médio, cursos superiores

e cursos de pós-graduação. Entre estes cursos ofereceu PROEJA FIC, PROEJA Médio, especialização PROEJA e cursos PRONATEC. Além desses *campi*, o IFFar atua em mais de trinta e oito cidades do Estado, a partir da oferta de cursos técnicos na modalidade de ensino a distância. A figura abaixo apresenta a linha do tempo de criação do IFFar.

Figura 2 - Linha do Tempo da criação dos *campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha



Fonte: autores com base no site institucional do IFFAR.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense – IFSUL - também foi criado a partir da Lei de 29 de dezembro de 2008 (Lei nº 11.892), iniciando sua composição pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas, com sede e foro na cidade de Pelotas. Segundo o registro histórico que consta no site o IFSUL, tem uma trajetória de quase um século, cuja história começou a ser escrita no início do século XX, através de ações da diretoria da Bibliotheca Pública Pelotense, que, em 7 de julho de 1917 - data do aniversário da cidade de Pelotas -, sediou a assembleia de fundação da Escola de Artes e Ofícios. Essa escola se caracterizava por ser uma sociedade civil, cujo objetivo era oferecer Educação Profissional para meninos pobres (IFSUL, 2013)⁴.

As aulas tiveram início em 1930, quando o município assumiu a Escola de Artes e Ofícios e instituiu a Escola Technico Profissional. Esta, posteriormente, passou a denominar-se Instituto Profissional Técnico, cujos cursos compreendiam grupos de ofícios divididos em seções: Madeira, Metal, Artes Construtivas e Decorativas, Trabalho de couro e Eletro-Chimica (IFSUL, 2013).

O Instituto Profissional Técnico funcionou por uma década, sendo extinto em 25 de maio de 1940, e seu prédio demolido para a construção da Escola Técnica de Pelotas. Em 1942, através do Decreto-lei nº 4.127, de 25 de fevereiro, foi criada a Escola Técnica de Pelotas – ETP –, a primeira e única Instituição do gênero no estado do Rio Grande do Sul (IFSUL, 2013).

A ETP, inaugurada em 11 de outubro de 1943, começou suas atividades letivas em 1945, com cursos de curta duração (ciclos). Nesse primeiro ciclo do

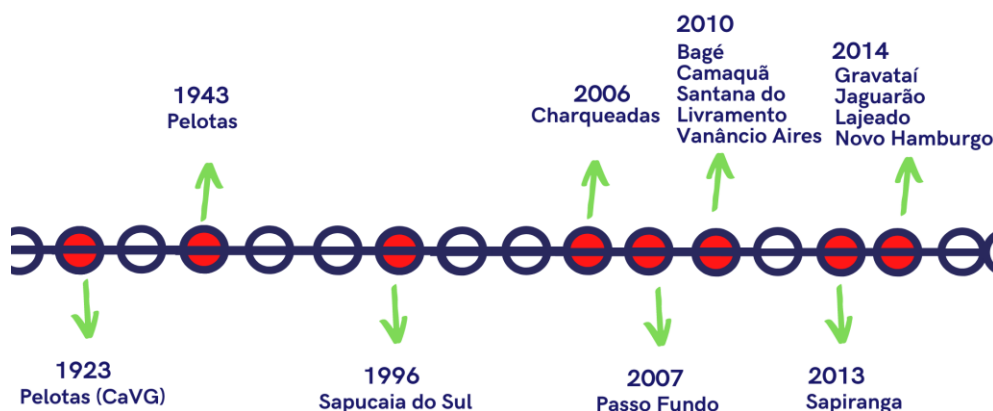
ensino industrial, os cursos estabelecidos foram de Forja, Serralheria, Fundição, Mecânica de Automóveis, Máquinas e Instalações Elétricas, Aparelhos Elétricos, Telecomunicações, Carpintaria, Artes do Couro, Marcenaria, Alfaiataria, Tipografia e Encadernação. A partir de 1953, foi oferecido o segundo ciclo da educação profissional, quando foi criado o primeiro curso técnico - Construção de Máquinas e Motores. Em 1959, a ETP foi caracterizada como autarquia Federal e, em 1965, passou a ser denominada Escola Técnica Federal de Pelotas, adotando a sigla ETFPEL. Com um papel social muito forte e reconhecidamente destacado na formação de técnicos industriais, a ETFPEL tornou-se uma Instituição especializada e referência na oferta de educação profissional de nível médio, formando profissionais nas habilitações de Mecânica, Eletrotécnica, Eletrônica, Edificações, Eletromecânica, Telecomunicações, Química e Desenho Industrial. (IFSUL, 2013).

Em 1996, iniciou a sua primeira Unidade de Ensino Descentralizada – UNED, na cidade de Sapucaia do Sul. E, em 1998, a Escola Técnica Federal de Pelotas começou a efetivar sua atuação no nível superior de ensino. Em 1999, através de Decreto Presidencial, efetivou-se a transformação da ETFPEL em Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas – CEFET-RS, o que possibilitou a oferta de seus primeiros cursos superiores de graduação e pós-graduação, abrindo espaço para projetos de pesquisa e convênios, com foco nos avanços tecnológicos. Em 2006, foi inaugurada a Unidade de Ensino de Charqueadas e, em 2007, a Unidade de Ensino de Passo Fundo.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense é formado por 12 *campi*: *Campus* Pelotas (1943), *Campus* Pelotas - Visconde da Graça (1923), *Campus* Sapucaia do Sul (1996), *Campus* Charqueadas (2006), *Campus* Passo Fundo (2007), *Campus* Camaquã (2010), *Campus* Venâncio Aires (2010), *Campus* Bagé (2010), *Campus* avançado Santana do Livramento (2010), *Campus* Gravataí (2014), *Campus* Lajeado (2014) e *Campus* Sapiranga (2013), *Campus* Avançado de Jaguarão (2014) e *Campus* Avançado de Novo Hamburgo (2015).

O IFSUL oferece cursos de formação inicial e continuada em um *campus*, cursos técnicos de nível médio, cursos superiores e cursos de pós-graduação, incluindo um mestrado profissional em Educação e Tecnologia. Entre estes cursos oferece PROEJA Médio. A figura abaixo apresenta a linha do tempo de constituição do IFSUL.

Figura 3 - Linha do Tempo da criação dos *campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense



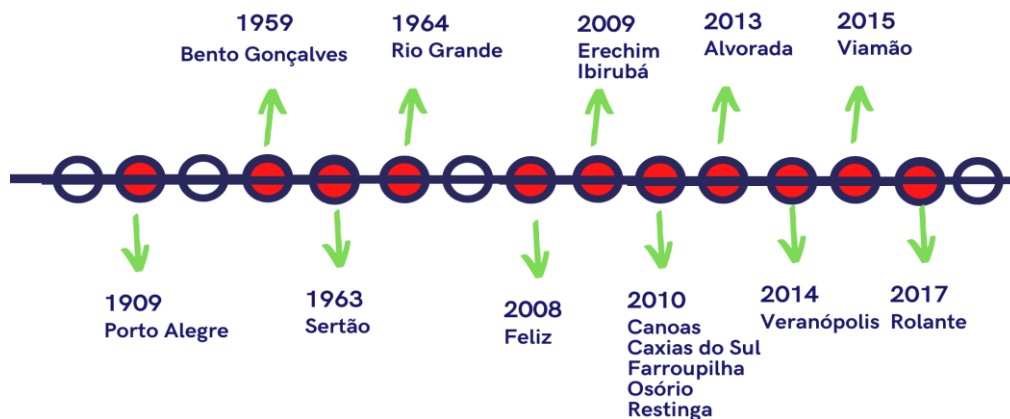
Fonte: autores com base no site institucional do IFSul.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS também foi criado em 29 de dezembro de 2008, pela Lei 11.892 e se estruturou a partir da união de três autarquias federais: o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) de Bento Gonçalves, a Escola Agrotécnica Federal de Sertão e a Escola Técnica Federal de Canoas. Logo após, incorporaram-se ao instituto dois estabelecimentos vinculados à Universidades Federais: a Escola Técnica Federal da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e o Colégio Técnico Industrial Prof. Mário Alquati, de Rio Grande. No decorrer do processo, foram federalizadas unidades de ensino técnico nos municípios de Farroupilha, Feliz e Ibirubá e criados os *campi* de Caxias, Erechim, Osório e Restinga. Essas instituições hoje fazem parte do IFRS na condição de *campus*.

Assim, o IFRS possui 12 *campi* já implantados: Bento Gonçalves, Canoas, Caxias do Sul, Erechim, Farroupilha, Feliz, Ibirubá, Osório, Porto Alegre, Restinga (Porto Alegre), Rio Grande e Sertão. Em processo de implantação, há mais cinco *campi*, nos municípios de Alvorada, Rolante, Vacaria, Viamão e Veranópolis. A Reitoria é sediada em Bento Gonçalves.

Em outubro de 2013, o IFRS contava com cerca de 17 mil alunos, em 91 cursos técnicos e superiores de diferentes modalidades. Além desses cursos, oferece cursos de pós-graduação e dos programas do governo federal PRONATEC, Mulheres Mil e Formação Inicial Continuada (FIC) (IFRS, 2013)⁵. Sua constituição é apresentada na figura abaixo.

Figura 4 - Linha do Tempo da criação dos *campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul



Fonte: autores com base no site institucional do IFRS.

O Colégio Técnico Industrial de Santa Maria, vinculado à Universidade Federal de Santa Maria, iniciou seu funcionamento em 1967. Oferta cursos na área industrial nos diferentes níveis e modalidades. Em 2007, iniciou as discussões para oferta do PROEJA.

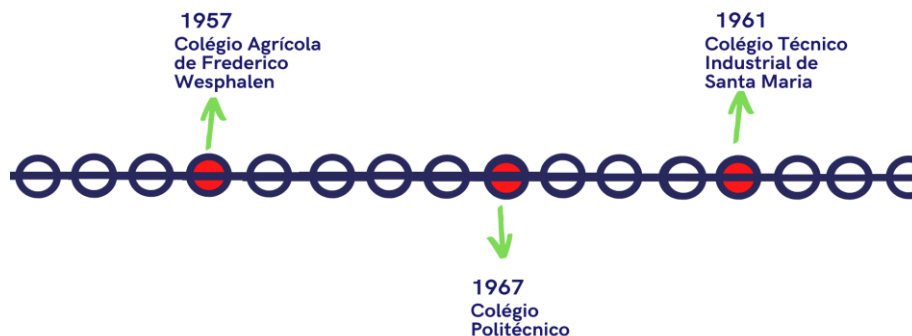
O Colégio Politécnico, vinculado também a Universidade Federal de Santa Maria, iniciou seu funcionamento em 1961 através do Decreto Lei Federal nº 3864, de 24 de janeiro de 1961, denominando-o de Escola Agrotécnica de Santa Maria, subordinada à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinária. Em 1961, através do Decreto Lei Estadual Nº 14.529, de 11 de dezembro de 1962, foi criado o Curso Colegial Agrícola de Santa Maria, que funcionou no Centro Agrotécnico de Santa Maria. E, em 1968, o Decreto Lei 62.178, de 25 de janeiro de 1968, transferiu o Colégio para a Universidade Federal de Santa Maria (PPP, Politécnico, 2020).

Para atendimento do Decreto Nº 5.840, de 13 de julho de 2006, que instituiu o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, o Colégio Politécnico ofereceu 35 vagas em 2007 e, em 2008, ampliou a oferta para 42 vagas.

No Colégio Politécnico da UFSM, o Ensino Médio foi desenvolvido de forma semipresencial, em que o estudante recebeu o material instrucional de todas as disciplinas, apostila e caderno de exercícios, adequados ao estudo a distância. Foi permitido, ainda, ao estudante optar apenas pela realização de um módulo qualificador no curso pretendido, desde que este tenha, no mínimo, 200 horas. Nesse caso, o estudante recebeu os certificados de Ensino Médio e de qualificação profissional do módulo escolhido. A formação profissional, seja técnica de nível médio, seja inicial e continuada através de módulo qualificador, é presencial, no turno da habilitação ou qualificação pretendida. O PROEJA teve a duração de dois anos. O Ensino Médio teve três níveis e a formação profissional, tanto a técnica de nível médio, quanto a inicial e continuada, observava o que consta no plano de

curso e normatizações complementares da referida habilitação. Atualmente, encontra-se em construção um Projeto de Articulação da oferta de Educação Profissional juntamente com a Educação de Jovens e Adultos, em parceria com o Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac.

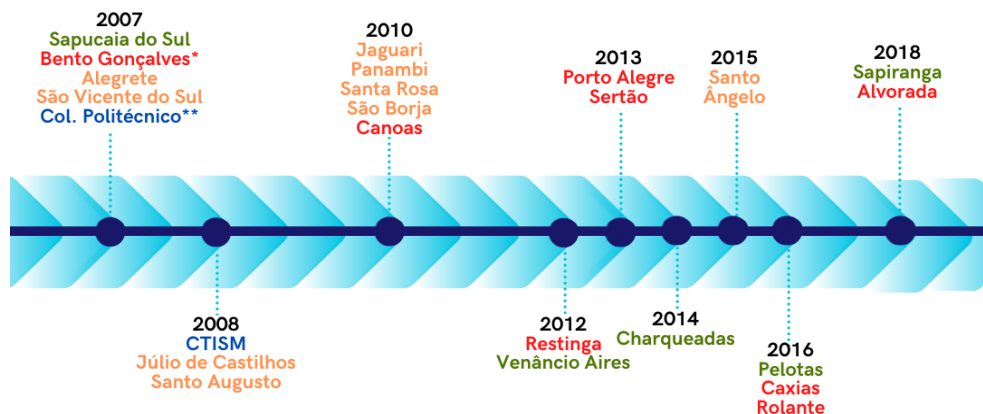
Figura 4 - Linha do tempo da criação das escolas vinculadas à UFSM



Fonte: autores com base nos dados disponíveis no site UFSM.

A seguir, organizou-se uma linha do tempo com as ofertas de cursos EJA EPT nos IFs e escolas vinculadas do Rio Grande do Sul.

Figura 5 - Linha do tempo da oferta de EJA EPT no RS de 2007 a 2020



Legenda: Verde - IFSul; Vermelho - IFRS; Laranja - IFFar; Azul - Escola vinculada
*Deixou de contar com a oferta em 2014
** Ofertou apenas duas turmas

Fonte: os autores.

A partir da figura, observa-se que dos *campi* que iniciaram em 2007 apenas Sapucaia do Sul continua ofertando ininterruptamente, ou melhor, resiste na promoção da educação de jovens e adultos. Em relação ao ano de 2008, percebe-

se que os três *campi* que iniciaram continuam ofertando até hoje, são eles: Colégio Técnico Industrial de Santa Maria, *Campus* Júlio de Castilhos que mudou a oferta do eixo do curso, e ainda oferta PROEJA FIC, e o *Campus* Santo Augusto que reformulou o eixo do curso também.

OLHARES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA EJA EPT NO RS

Após apresentar o levantamento da historicidade da política de EJA EPT e da historicidade da Rede Federal no Rio Grande do Sul, passa-se a apresentar alguns dados sobre como esta política vem se configurando no RS.

No IFFar, a maioria dos *campi* oferta PROEJA Médio desde a promulgação do decreto ou do início do *campus*. No IFSUL, a EJA EPT é ofertada em cinco *campi*. No IFRS, tem oferta em seis *campi*. E, nas escolas vinculadas, há oferta em apenas uma.

Dessa forma, observa-se que o envolvimento com as políticas de EP integradas à Educação Básica na modalidade EJA, nos IFs do RS, são efetivadas no contexto da dialética das disputas (MARASCHIN, 2015) e que não são todos que cumprem o Decreto da política.

Outra análise realizada foi a partir da Plataforma Nilo Peçanha. Os dados apresentados pelo Quadro 1 contemplam apenas os anos de 2017, 2018 e 2019, pois são estas informações disponibilizadas pela plataforma.

Quadro 1 - Dados sobre PROEJA disponíveis na plataforma Nilo Peçanha

	Unidades	Cursos	Matrículas	Ingressantes	Concluintes	Vagas	Inscritos
2019	23	33	2.099	659	242	741	1.204
2018	23	34	2.135	764	261	853	1.618
2017	23	32	2.123	724	303	787	1.522

Fonte: Os autores.

A partir da tabela, pode-se observar a representação numérica das instituições mencionadas anteriormente que totalizam assim vinte e três unidades ofertantes de EJA EPT no RS e que as matrículas tiveram uma diminuição em 2019. Também se observa poucos concluintes no curso. Mas é importante verificar que o número de inscritos é significativo e que demonstra que os cursos têm demanda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chega-se ao final deste estudo com os olhares voltados para a EJA EPT das instituições que integram a Rede Federal no estado do Rio Grande do Sul, percebendo-se os movimentos de avanços e de retrocessos da política no espaço-tempo de 2007 aos dias atuais. Como avanços se destacam, principalmente, o Decreto nº 5.478/05, que criou o PROEJA Médio, o Documento Base PROEJA implantado no ano de 2007, que ampliou a abrangência da política para toda a Educação Básica, a Carta Convite nº 40/09, que abriu a possibilidade de oferta do PROEJA FIC, e a Portaria Interministerial nº 1.082/10, criando a Rede CERTIFIC, conferindo certificação aos saberes dos trabalhadores. Quanto aos retrocessos, destaca-se o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), cuja proposta formativa centrava-se na formação profissional superficial e aligeirada, na contramão da proposta de formação integral dos trabalhadores desenvolvida pela EJA EPT.

Os Institutos Federais e as Escolas Técnicas Vinculadas à Universidade demonstram esforços para manter a oferta de EJA EPT em suas realidades, atendendo uma parcela significativa de trabalhadores-estudantes. Resistem na oferta de formação integral para a classe trabalhadora, em uma modalidade de ensino que transita por um campo permeado pela dialética das disputas, imersos na totalidade da sociedade capitalista. Embora ainda existam dificuldades de acesso, alheias às instituições, como, por exemplo, as questões familiares, de gênero, renda, deslocamento, etc., a continuidade de oferta nesses ambientes é de extrema importância, uma vez que aproxima e possibilita aos trabalhadores a retomada da trajetória formativa na perspectiva emancipatória.

Por fim, evidenciou-se que o movimento de avanço da política de EJA EPT teve seu germe no ano de 2005 com a criação do PROEJA e intensificou-se a partir de 2007, atingindo seu ápice em 2010 com o CERTIFIC. Desde então, o movimento vem perdendo força e, se nada for feito, no sentido de retomar sua importância nas agendas Estatais, em curto espaço de tempo, corre-se o risco de dizimar-se. Diante disso, compreende-se como fundamental a continuidade de oferta de EJA EPT na Rede Federal com grande perspectiva inclusiva e emancipatória dos sujeitos jovens, adultos e trabalhadores.

Acredita-se ser fundamental continuar acompanhando tal política, que talvez, para alguns, foi apenas um programa, mas pelo que se conclui com este estudo, a EJA EPT está presente em várias instituições federais do RS, e enquanto houver resistência haverá esperança! Sabe-se que tal resistência e acompanhamento são fundamentais, visto a situação social, política e econômica que se vive atualmente por conta da pandemia.

Professional education in an inclusive perspective: views on data and resistances of YAE PTE in RS

ABSTRACT

The study is concerned with analyzing YAE PTE in Rio Grande do Sul from the perspective of implementing courses, enrollments and mapping the courses that resist this process from 2007 to 2020. From documentary and quali-quantitative research, data were organized on the three Federal Institutes of RS state and the two schools linked to the university. It can be observed that the YAE PTE politics in RS was constituted by movements of advances and setbacks and that despite not having financial support from the Ministry of Education, it still resists in some institutions promoting the inclusion of young people and adults after schooling and education. professionalization. With the data produced, it is evident the presence of the target audience occupying the school spaces, thus starting to reinforce the importance of studies on YAE PTE, with attention beyond just the numbers presented.

KEYWORDS: Inclusive politics. YAE PTE. Dialectic of disputes. Historicity.

Educación Profesional en una perspectiva inclusiva: perspectivas sobre datos y resistencias de EJA EPT en RS

RESUMEN

El estudio se ocupa de analizar EJA EPT en Rio Grande do Sul desde la perspectiva de implementar cursos, inscripciones y mapear los cursos que resisten este proceso desde 2007 hasta 2020. A partir de la investigación documental y cuanti-cualitativa, se organizaron datos sobre los tres Institutos Federales de RS y las dos escuelas vinculadas a la universidad. Se puede observar que la política EJA EPT en RS fue constituida por movimientos de avances y retrocesos y que a pesar de la falta de soporte financiero del Ministerio de Educación, todavía se resiste en algunas instituciones que promueven la inclusión de jóvenes y adultos con base en la escuela y la educación profesionalización. Con los datos producidos, la presencia del público objetivo en los espacios escolares es evidente, lo que comienza a reforzar la importancia de los estudios sobre EJA EPT, con atención más allá de los números presentados.

PALABRAS CLAVE: Políticas inclusivas. EJA EPT. Dialéctica de las disputas. Historicidad.

NOTAS

- 1 Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Disponível em: http://inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/matriculas-na-educacao-de-jovens-e-adultos-cai-3-3-milhoes-de-estudantes-na-eja-em-2019/21206. Acesso em: 31 jul. 2020.
- 2 Informações referentes ao ano de 2019, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua/IBGE). Disponível em: <https://bit.ly/3k8hvwZ>. Acesso em: 31 jul. 2020.
- 3 Dados da Plataforma Nilo Peçanha. Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2019.html>. Acesso em: 31 jul. 2020.
- 4 Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/>. Acesso em: 30 jul. 2020.
- 5 Disponível em: <http://www.ifrs.edu.br/>. Acesso em: 30 jul. 2020.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, R. C. Educação: o fosso é mais fundo. **Le monde diplomatique Brasil**, 22 jun. 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/educacao-o-fosso-e-mais-fundo/#:~:text=Lograda%20ao%20ostracismo%20desde%20quando,longo%20da%20forma%C3%A7%C3%A3o%20social%20brasileira>. Acesso em: 20 jul. 2020.
- ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. Boitempo, 2020.
- BRASIL. (1996). **Lei 9394/96 de 20.12.96** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília (DF): Diário Oficial da União. nº 248 de 23.12.96.
- BRASIL. (2008) **Lei nº 11.892, 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br> Consultado em: 10 de agos. de 2010.
- BRASIL. **Concepções e Diretrizes**: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Ministério da Educação, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/31afvrd> Acesso em 31 jul 2020.
- BRASIL. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Básica, **Parecer Nº 11, de maio de 2000**.
- BRASIL. **Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005**. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja. Brasília, DF.

BRASIL. **Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006**. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja. Brasília, DF.

BRASIL. **Documento Base PROEJA Formação Inicial e Continuada/Ensino Fundamental**. Brasília: MEC, 2007.

BRASIL. **Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008**. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Disponível em: <https://bit.ly/3k06ywY>. Acesso em 28 jul 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <https://bit.ly/3jYspEQ>. Acesso em 30 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011**. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Disponível em: <https://bit.ly/31b8sly>. Acesso em: 10 fev. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: <https://bit.ly/33rRouD>. Acesso em: 22 fev. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. **Ofício Circular nº 40/2009**. Convite às instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica para implantação do programa nacional de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos, na formação inicial e continuada com ensino fundamental (PROEJA FIC). Disponível em: <https://bit.ly/33e1QWg>. Acesso em: 22 fev. 2020.

BRASIL. **Parecer nº 11, de 10 de maio de 2000**. Conselho Nacional de Educação. Câmara de educação básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

BRASIL. **Portaria Interministerial nº 1.082, de 20 de novembro de 2009**. Dispõe sobre a criação da Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada – Rede CERTIFIC. Disponível em: <https://bit.ly/39JozuJ>. Acesso em: 10 fev. 2020.

BRASIL. **Resumo Técnico: Censo da Educação Básica Estadual 2019** - Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3fk0A6e>. Acesso em 31 jul. 2020.

ClAVATTA, M. **Mediações Históricas de trabalho e educação**: gênese e disputas na formação dos trabalhadores (Rio de Janeiro, 1930-1960) - Rio de Janeiro: Lamparina, CNPQ, FAPERJ, 2009.

COLÉGIO POLITÉCNICO. **Projeto Pedagógico**. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2Pge48x>. Acesso em: 31 jul. 2020.

MACHADO, M. M. A educação de jovens e adultos no Brasil pós-Lei nº 9.394/96: a possibilidade de constituir-se como política pública. **Em Aberto**. v.22, n.82., 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2BLiAJ4>. Acesso em: 31 jul. 2020. DOI: 10.24109/2176-6673.emaberto.22i82.%25p

MANFREDI, S. M. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

MARASCHIN, M. S. et al. **Relatório de Pesquisa As experiências em PROEJA do IF Farroupilha**, 2013.

MARASCHIN, M. S. **Dialética das Disputas**: trabalho pedagógico a serviço da classe trabalhadora? 2015. 316 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, Santa Maria, 2015.

MARASCHIN, M. S.; FERREIRA, L. S. A Política de Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional no Brasil: das políticas às práticas. **Revista Holos**. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/9553/0>. Acesso em: 20 jul. 2020.

MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo Cezas Castanheira, Sergio Lessa. 1. ed. Revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

PACHECO, E. **Perspectivas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio**. São Paulo: Moderna, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3jZ7QrV>. Acesso em: 28 jul. 2020.

PERONI, V. **Política educacional e o papel do Estado**: no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2003.

SOARES, M. Letramento e escolarização. In: RIBEIRO, V. M. **Letramento no Brasil**: reflexões a partir do INAF 2001. 2. ed. São Paulo: Global, 2004.

Recebido: 1 ago. 2020

Aprovado: 24 nov. 2020

DOI: 10.3895/rtr.v5n0.12920

Como Citar: MARASCHIN, M. S.; ANDRIGHETTO, M. J.; LAMPE, L. A educação profissional na perspectiva inclusiva: olhares sobre dados e resistências da EJA EPT no RS. **Revista Transmutare**, Curitiba, v. 5, e2012920, p. 1-20, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rtr>>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Mariglei Severo Maraschin

mariglei@ctism.ufsm.br

Direito Autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

